

O SIMAIS-RN NO CONTEXTO DA REFORMA DO ESTADO

Ana Cecília de Medeiros Costa Garcia¹

Ciclene Alves da Silva²

Resumo

O Sistema de Monitoramento e Avaliação Institucional do Rio Grande do Norte (SIMAIS), objeto de nossa pesquisa em desenvolvimento vinculada ao Mestrado em Educação do POSEDUC/UERN, insere-se em um contexto mais amplo de reforma do Estado brasileiro, a qual foi influenciada pelos princípios da Nova Gestão Pública (NGP) e pela lógica neoliberal (Dardot; Laval, 2016).

Tal reforma, ao promover descentralização, racionalização dos gastos e eficiência administrativa, tem como eixo a avaliação de desempenho e a mensuração de resultados, sobretudo na educação. As avaliações externas e em larga escala tornam-se, assim, instrumentos centrais das políticas educacionais, consolidando a lógica do Estado Avaliador, que regula e conduz a educação com base em metas e indicadores de desempenho (Afonso, 2000; Oliveira, 2015). Nessa perspectiva, o SIMAIS configura-se como iniciativa local alinhada a diretrizes nacionais e internacionais de monitoramento.

A adoção desse sistema reflete a influência do novo gerencialismo no âmbito da educação, que prioriza o controle de resultados e a responsabilização das redes e unidades escolares pelo desempenho de seus estudantes. Essa estratégia reforça a competitividade entre escolas e redes, ampliando a lógica mercantil na educação pública e aprofundando desigualdades estruturais.

Assim, temos como objetivo desse trabalho buscar a fundamentação teórica que possibilite uma análise crítica do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional do RN (SIMAIS), compreendendo seu papel dentro das políticas de avaliação educacional e sua relação com a lógica neoliberal. Pretendemos discutir como sua implementação reflete tendências gerencialistas na educação, reproduzindo mecanismos de responsabilização, padronização e privatização dos serviços públicos.

O SIMAIS E A CENTRALIDADE DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS E EM LARGA ESCALA

O SIMAIS está diretamente vinculado ao processo de modernização e ao fortalecimento da cultura avaliativa no estado. Seu principal objetivo é produzir indicadores educacionais que subsidiem a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas na educação básica potiguar, permitindo a tomada de decisões baseada em evidências.

Para compreender esse fenômeno, é necessário analisar a Reforma do Estado, que redefiniu o papel do setor público, priorizando a regulação e a descentralização, sem

¹ Mestranda em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (POSEDUC/UERN). E-mail: ana20241000070@alu.uern.br.

² Doutora em Educação. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: ciclenealves@uern.br.



Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



necessariamente enfraquecer o Estado, mas reconfigurando suas funções para atender aos interesses do mercado (Bresser-Pereira, 1998; Abrúcio, 2006).

A crise econômica global dos anos de 1970 impulsionou políticas neoliberais, marcadas pela redução da intervenção estatal e pelo avanço da privatização. A Nova Gestão Pública, fundamentada em princípios gerencialistas, incorporou gestão por resultados, descentralização e meritocracia, reforçando o controle, a avaliação contínua e convertendo a educação em serviço regulado por métricas de desempenho, subordinado a interesses econômicos internacionais (Dardot; Laval, 2016).

No Brasil, a implementação das avaliações externas pelo Governo Federal, como o SAEB, incentivou estados e municípios a desenvolverem sistemas próprios de monitoramento da educação. No Rio Grande do Norte, esse processo foi impulsionado pelo Projeto RN Sustentável, financiado pelo Banco Mundial, instituição alinhada à Agenda Globalmente Estruturada para Educação (AGEE). Com o objetivo de modernizar a gestão pública, o projeto buscou aprimorar a prestação de serviços e aumentar a eficiência governamental. Nesse cenário, em 2016, temos a implementação do SIMAIS, o qual reforça a lógica de monitoramento e avaliação de resultados no ensino público estadual. (Diniz, 2020; Silva; Silva, 2021).

Desde 2017, a aplicação do SIMAIS ocorre por meio de uma parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), que desempenha um papel estratégico na operacionalização dessas políticas. Ao terceirizar serviços de avaliação e vinculá-los a uma instituição acadêmica reconhecida, essa dinâmica fortalece a legitimidade do modelo e contribui para a naturalização da privatização na gestão de serviços públicos educacionais (Moraes; Diniz; Garcia, 2021).

Dessa forma, a avaliação educacional assume um papel determinante na regulação da população, consolidando um modelo de governança que opera por meio da comparação e ranqueamento de instituições e indivíduos. Para Foucault (2008), essa lógica estatística permite ao Estado governar à distância, utilizando dados quantitativos para influenciar comportamentos e estruturar políticas públicas.

Dessa forma, a reforma da administração pública não apenas redefiniu a atuação do Estado, mas consolidou um modelo de governança baseado na lógica da concorrência, do desempenho e da individualização da responsabilidade. No campo educacional, isso resultou na substituição da cooperação e da justiça social por um modelo tecnocrático, quando a qualidade do ensino é reduzida a números e rankings, reforçando desigualdades estruturais e a influência do mercado na educação (Ball, 2022; Dardot; Laval, 2016).

METODOLOGIA

Este estudo, de caráter teórico e qualitativo, analisa conceitos e referenciais acadêmicos sobre avaliações externas e em larga escala, no contexto das reformas do Estado brasileiro e suas políticas educacionais. O intuito é embasar a discussão sobre o Sistema de Monitoramento e Avaliação Institucional do Rio Grande do Norte (SIMAIS).

A fundamentação teórica envolve a identificação, seleção e análise de literatura acadêmica relacionada aos eixos centrais da pesquisa, como a Nova Gestão Pública, o Estado Avaliador, a avaliação em larga escala e o ideário neoliberal.

Articulando diferentes perspectivas para fundamentar a análise, a pesquisa teórica visa compreender e aprofundar conceitos já existentes, articulando diferentes perspectivas para a



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



análise do objeto de estudo. Nesse sentido, este trabalho realiza uma análise interpretativa dos textos selecionados, estabelecendo conexões entre os referenciais teóricos e o contexto do SIMAIS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SIMAIS, ao alinhar-se às diretrizes do modelo gerencial e à centralidade das avaliações externas, reforça o controle estatal sobre a educação, como também gera desafios relacionados à padronização dos processos educativos e à limitação da autonomia pedagógica das escolas. Assim, deve ser compreendido dentro do cenário mais amplo da reforma do Estado e das políticas de avaliação em larga escala, que influenciam a educação em nível nacional e internacional. Seu efeito na gestão educacional do Rio Grande do Norte evidencia a tensão entre a busca por eficiência e o risco de ampliação das desigualdades educacionais, colocando em debate o papel do Estado na garantia do direito à educação e a necessidade de um modelo de avaliação que considere a diversidade e as especificidades das redes de ensino locais.

Palavras-chave: SIMAIS. Reforma do Estado. Nova Gestão Pública. Centralidade das avaliações externas.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. *In*:

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter Kevin (Orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2000.

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A.**: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução: Jante Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2022.

BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma do Estado dos anos 90: Lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 45, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/xQZRPfMdrHyH3vjKLqtmMWd/?lang=pt>. Acesso em: 06 dez. 2024.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DINIZ, Felipe Daniel Barros. **Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação do Rio Grande do Norte e as políticas de avaliação educacional**: da formulação à implementação. Orientador: Luciane Terra dos Santos Garcia. 2020. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49968>. Acesso em: jun. 2024.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção tópicos).

MORAIS, A. S.; DINIZ, F. D. B.; GARCIA, L. T. S. Sistemas avaliativos a serviço da privatização: a atuação do CAED. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DA ANPAE, 10., ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DA ANPAE-RN, 11., Mossoró. **Anais...** Mossoró, RN: Anpae, 2021. p. 1-4.

OLIVEIRA, D. A. Nova gestão pública e governos democrático-populares: Contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 132, p. 625-646, jul.-set., 2015. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/NvQbjcqWFMxgRfLCTr3CLCJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2025.

SILVA, A. B. da; SILVA, G. P. da. Modernização da gestão pública, reforma educacional e avaliação no Rio Grande do Norte. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. e67316, p. 1–17, 2021. DOI: 10.5902/2318133867316. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/67316>. Acesso em: 15 jun. 2024.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO **UERN**

